



Bastonário dos contabilistas admite "maior racionalidade" na gestão dos municípios (C/ÁUDIO)

Número de Documento: 19838981

Lisboa, Portugal 12/10/2015 17:50 (LUSA)

Temas: Economia, Negócios e Finanças, Autoridades locais, finanças públicas, Sociedade

Lisboa, 12 out (Lusa) - O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas disse hoje à Lusa que existe "maior racionalidade de gestão financeira nas autarquias", situação que foi conseguida quer pelas alterações no financiamento quer pela criação de um fundo de apoio.

"Penso que há maior racionalidade de gestão financeira nas autarquias e naturalmente que isso acaba por dar maior segurança também a quem lida com essas temáticas", afirmou à Lusa Domingues Azevedo, na véspera do lançamento do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2014.

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), que mudou de designação para Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), com a entrada em vigor do novo estatuto da profissão, promove com a rádio TSF, na Universidade Católica de Lisboa, a conferência "A política, os políticos e a gestão dos dinheiros públicos", com a apresentação do anuário financeiro dos municípios.

"Pela leitura dos elementos que recentemente tem sido possível compilar nesta área, penso que a lei dos meios [de financiamento] nas autarquias locais veio introduzir alguma organização mínima na gestão financeira dessas entidades e que isso naturalmente se vai refletir também na diminuição dos créditos das empresas e dos particulares que têm junto das câmaras municipais", frisou.

O Fundo de Apoio Municipal (FAM), que visa o reequilíbrio financeiro dos municípios sobre endividados, "poderá ser crítico em relação às desigualdades que poderá criar e algum esforço excessivo por parte de algumas autarquias em benefício de outras", admitiu.

O bastonário do OCC acrescentou, no entanto, concordar com "o Governo, porque a solidariedade, e neste caso a solidariedade financeira, deve ser também um valor a preservar no domínio do relacionamento das autarquias".

Quer o FAM, quer a lei dos meios, são instrumentos que ajudaram muito numa "maior racionalidade na gestão financeira das autarquias", venceu.

Segundo Domingues Azevedo, o "anuário está a atingir completamente os objetivos para que foi criado", pois antes do lançamento da publicação, não existia um meio que "permitisse ter uma leitura global e integrada do estado financeiro e económico das autarquias nacionais".

Antes do anuário, era possível conhecer "desgarradamente a situação económica da autarquia A e da autarquia B" e a publicação possibilitou "uma leitura integrada" e a constituição de um

'ranking' que permite listas as autarquias por alguns critérios, nomeadamente financeiro, satisfação das necessidades dos munícipes ou cumprimento das obrigações financeiras, explicou.

"Este ano o anuário vai ser muito completo porque vai trazer uma série de juntas de freguesia, numa dimensão já muito acentuada", adiantou Domingues Azevedo.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2014, coordenado por João Carvalho, professor universitário e presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), traça "a radiografia da saúde financeira" dos 308 municípios portugueses e das empresas municipais.

Na apresentação estão confirmadas intervenções do presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins, do ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, e do presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Manuel Machado.

O debate sobre a relação entre eleitos e eleitores será este ano protagonizado pelos autarcas do Porto, Rui Moreira, e de Viseu, Almeida Henriques.

LYFS // PMC

Lusa/Fim